

PROJETO DE LEI Nº 013, DE 08 DE ABRIL DE 2026

“Dispõe sobre o reajuste do valor do repasse do Auxílio Alimentação aos Servidores Municipais de acordo com o artigo 4º da Lei Municipal nº 944/2017, que instituiu o Programa de Auxílio Alimentação dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências”.

Art. 1º. Fica alterado e reajustado o valor do Auxílio Alimentação aos Servidores Públicos Municipais conforme o artigo 4º da Lei Municipal nº 944/2017, de 11 de abril de 2017, que instituiu o Programa de Auxílio Alimentação aos Servidores Públicos Municipais, o qual passa a ser na proporção equivalente de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais.

Art. 2º. Fica revogada a Lei Municipal nº 1.272/2025, de 09 de abril de 2025.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal, em 08 de abril de 2026.

VALDUZE BACK VOLLMER
Prefeita Municipal

MENSAGEM JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 013/2026

(exposição de motivos)

TRÂMITE: REGIME DE URGÊNCIA

Nobres Vereadores,

O Projeto de Lei nº 013/2026 dispõe sobre o reajuste do valor do repasse do Auxílio Alimentação aos Servidores Municipais de acordo com o artigo 4º da Lei Municipal nº 944/2017, que instituiu o Programa de Auxílio Alimentação dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências

A Administração Pública Municipal, no intuito de valorizar e incentivar os servidores municipais vem através do presente projeto de lei solicitar à Egrégia Casa Legislativa a autorização na alteração do valor de Auxílio Alimentação a todo o quadro de pessoal, onde o valor proposto passa de R\$ 554,80 (quinhentos e cinquenta e quatro reais com oitenta centavos) mensais, para R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, sendo que estamos propondo um reajuste de 8,15% (oito, vírgula quinze por cento), obviamente em coerência com as condições do Município, sendo, da mesma forma, importante para o servidor, eis que constitui em uma importante ajuda para a aquisição de itens de alimentação para si ou para sua família, especialmente para os que recebem vencimentos de menor padrão, levando em conta ainda a alta nos preços dos alimentos e a inflação que hoje atinge nosso Estado e País.

O Auxílio Alimentação concedido nas condições e limites definidos nesta Lei não tem natureza remuneratória, não se incorporando na remuneração, nem constituindo base de rendimentos para tributação e contribuição previdenciária, não constituindo, portanto, em despesa de pessoal para fins de apuração da despesa com pessoal do Poder Executivo, em atenção ao cumprimento da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Por derradeiro, colocamo-nos ao inteiro dispor desta Câmara Municipal para as informações que porventura forem consideradas necessárias, ao passo que solicitamos que o presente Projeto de Lei depois de apreciado em regime de urgência, nos termos do artigo 49 da Lei Orgânica Municipal, e pós, seja votado e aprovado por esta Egrégia Casa.

Gabinete da Prefeita Municipal, em 08 de abril de 2026.

VALDUZE BACK VOLLMER

Prefeita Municipal